



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ASPECTOS DA DINÂMICA TERRITORIAL NA FRONTEIRA AMAPÁ-GUIANA FRANCESA SOB A INFLUÊNCIA DA INTEGRAÇÃO: 1995 A 2007

Jean Cláudio Santos Fonseca (UFF) - jeanfonseca@unifap.br

Geógrafo, Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá, doutorando em Geografia pela UFF

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a fronteira internacional entre Brasil e Guiana Francesa deriva das implicações do processo de transformações sócio espaciais decorrentes da dinâmica fronteira na região.

Durante grande parte do século XX, praticamente toda a bibliografia no campo da geografia política e mesmo da geopolítica teve como pressuposto a existência do sistema de estados nacionais e as tensões ao qual o sistema esta submetido, de onde emergiu o interesse pelo papel dos limites e fronteiras internacionais (Ancel, 1938; Foucher, 1988; Sanchez, 1991). Atualmente, no entanto, o tema deve ser recolocado tendo em vista que,

“o crescimento das relações entre estados e o aparecimento de diversos agentes econômicos, sociais e políticos organizados de forma supra-nacional faz com que o papel das organizações em rede se tornasse primordial na análise das faixas de fronteira internacionais. São diversos tipos de rede que se sobrepõe: redes de informação, redes bancárias, redes de transações legais e ilegais e outras”. (Machado, 2002:p1).

Como reflexo desta relação entre redes transnacionais e território nacional, as Faixas de Fronteiras Internacionais tornam-se um objeto de pesquisa desafiador, principalmente no caso do Brasil/Amapá onde muito pouco se sabe sobre suas especificidades geográficas. Tendo como base a região de fronteira Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa, pretende-se aqui estudar alguns dos elementos geográficos que caracterizam a dinâmica espacial regional.

Os interesses dos governos federal e estadual (Amapá), tanto os anteriores como os atuais, em estimular maior articulação com os vizinhos guianenses torna estratégico o estudo dos elementos que compõem a dinâmica territorial transfronteira, particularmente no município de Oiapoque, onde tensões fronteiriças com a Guiana Francesa, o asfaltamento da BR-156 que liga Macapá à Oiapoque e o projeto de construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, exigem um conhecimento mais detalhado que possa subsidiar políticas públicas específicas, bem como uma leitura crítica acerca da realidade geográfica daquele município.

O período que o presente estudo aborda vai de 1995 a 2007, sendo que os fatores determinantes da escolha são: a articulação e assinatura do Acordo Quadro

entre Brasil e França em maio de 1996 ratificado pelo Decreto 2.200/97 e seus desdobramentos em direção a uma política de integração.

Por sua posição singular, o Estado do Amapá e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa formam subespaços estruturados dentro das relações diplomáticas transfronteiriças. Nessa região estão inseridas múltiplas redes que ampliam sua capacidade relacional. Exercida ainda tacitamente, através de acordos locais, regionais e nacionais, e dinamizada por inúmeros fluxos que atravessam a fronteira, a cooperação já é um cenário real nessa fronteira. Sua institucionalização, através da iniciativa local e da criação de mecanismos administrativos e legais, poderá incrementar a sua ocorrência e gerar alternativas econômicas para as comunidades fronteiriças envolvidas.

A importância do tema para o contexto brasileiro e sul-americano pode ser ressaltada através de vários fatores: a) caracterização dos processos recentes de integração entre Amapá e Guiana Francesa; b) análise dos principais aspectos da dinâmica territorial do Amapá; c) pela migração transfronteiriça, que coloca em questão os direitos a que tem acesso os estrangeiros que vivem na fronteira, bem como as suas diferenças culturais; d) pelas perspectivas de desenvolvimento econômico-social frente a tudo que foi acima colocado.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL/FRANÇA

O período do Contestado

A fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa possui uma linha limite que percorre cerca de 427 km por rios e mais 303 km por divisor de águas (Montanhas do Tumucumaque), envolvendo pelo lado brasileiro o Estado do Amapá.

Essa fronteira desde a chegada dos europeus no continente sulamericano foi caracterizada por disputas territoriais que se desenvolveram ao longo dos séculos XVI e XVII, sendo que somente no início do XVIII foi firmado pelos Governos de Portugal e da França em 1713 o Tratado de Utrecht, que estabelecia várias cláusulas relativas aos limites da Guiana Francesa. Para Araújo (1945), após inúmeros debates travados acerca das delimitações fronteiriças pelos representantes dos países envolvidos,

mediados pela Inglaterra, a França cede em favor de Portugal em troca de outras compensações na Europa, o direito às terras compreendidas entre o Rio Oiapoque ou Vicente Pinson, ficando assim redigido o art. 8º do Tratado de Utrecht:

“A fim de prevenir toda ocasião de discórdia que poderia haver entre os vassallos da Coroa de França e os da Coroa de Portugal, Sua Magestade Cristianíssima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes e mais autênticos, e com todas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus descendentes, sucessores e herdeiros, de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo Norte, e situadas entre o Rio Amazonas e o de Japoc, ou Vicente Pinzón, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Magestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros, como todos os direitos e soberania, poder absoluto e inteiro domínio, como parte de seus estados, e lhe fiquem perpetuamente, sem que Sua Magestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Magestade Cristianíssima, seus descendentes, sucessores e herdeiros (Barão do Rio Branco, Vol. III, pág. 170, 1945)”.

Estabelecia ainda o tratado, que a França desistia de qualquer pretensão à navegação no Amazonas e às terras nas suas duas margens, e que os habitantes de Caiena ficavam proibidos de comerciar na foz do Amazonas ou no Maranhão, ou comprar escravos nas Terras do Cabo do Norte, e os portugueses de comerciar em Caiena.

Figura 1: Mapa histórico



De L'Isle, 1716;

o geógrafo do rei de Luís XV fazia o Amazonas infletar a norte perto da foz, mas assinalava pays noyez, terras inundadas, o equivalente às costas anegadas de Pinzón

Fonte: Sarney e Costa, 2004

Após esse período começa a mudar a natureza da presença portuguesa na Amazônia. Já não se tratava mais de explorar e defender um domínio amplo e desconhecido, mas de “fixar o homem à terra”, de ocupar permanentemente a região. Esta transformação marcaria o século XVIII.

Fato importante aconteceu em 1750, quando Portugal assinou com Espanha um tratado longamente negociado pelo Brasileiro Alexandre de Gusmão. Este acordo estabelecia basicamente dois princípios: o Tratado de Tordesilhas era inválido; e prevaleceria o princípio do *uti possidetis*, isto é, da prevalência da ocupação.

Porém a disputa por esta parte do território brasileiro ainda permanecia. Com a invasão de Portugal pela Espanha provocada por Napoleão Bonaparte, é fixado em 1802 a divisa fronteira no Rio Araguari, decisão essa que não contou com a participação de Portugal ou do Brasil.

Com a invasão do território de Portugal por tropas francesas, em 1807, obrigou a Corte portuguesa trasladar-se para o Rio de Janeiro. Como resposta a esse ato, organizou-se uma expedição militar no Pará, denominada “Corpo de Vanguarda dos Voluntários Paraenses” visando a conquista da Guiana Francesa, fato concretizado no início de 1809.

Com a queda do Império napoleônico, concluiu-se o Tratado de Paris, pelo qual Portugal se obrigou a restituir à França o território da Guiana Francesa até o rio Iapoque, fato esse efetivado em 1817.

Com a independência do Brasil recomeçaram os conflitos de jurisdição entre as autoridades dos dois países. Em 1836, o Governo francês, aproveitando-se das dificuldades com que lutava o Brasil na repressão da guerra civil dos “Cabanos”, no Pará, e sob o pretexto de preservar os seus nacionais do contato com os insurretos brasileiros, ordenou o estabelecimento de um posto militar no lago Amapá, que permaneceu por lá até 1840.

A proclamação da República no Brasil em 1889 interrompeu as negociações em que mais uma vez estavam empenhados os dois Governos para o reconhecimento e exploração das terras do Contestado.

A partir de 1894 com a descoberta de ouro nas cabeceiras do rio Calçoene, aumenta o conflito pela posse do território contestado, uma vez que milhares de aventureiros ali se estabeleceram. Com o objetivo de salvaguardar a população brasileira ameaçada pelas sucessivas ondas e migração das Guianas, das Antilhas e até dos Estados Unidos e da Inglaterra, constituiu-se um governo local brasileiro incumbido de zelar os interesses e defender os direitos dos brasileiros denominado Triunvirato. As autoridades de Caiena, por seu lado, delegaram poderes na mesma região ao Sr. Trajano, antigo escravo fugido, natural do Pará, que se refugiara no Contestado e que exercia uma certa ascendência sobre os seus companheiros. Da disputa exercida pelos dois poderes constituídos Triunvirato X Trajano surge um confronto armado em 1895 no município do Amapá que termina com a morte de vários soldados franceses e do Capitão Lunier, seu comandante e com violentas represálias exercidas pelos franceses sobre a população brasileira.

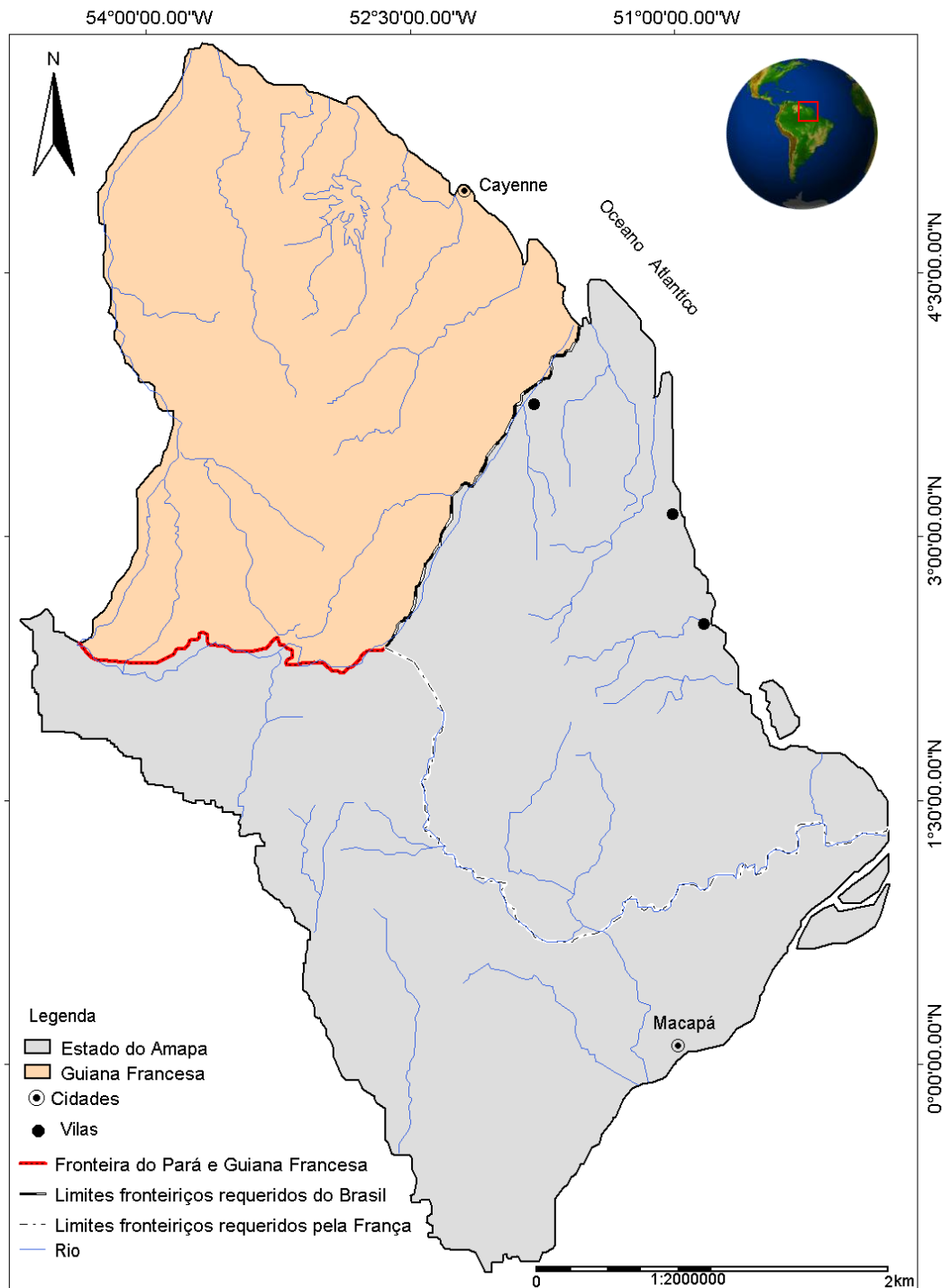
Depois de quase duzentos anos de entendimentos improfícuos, os Governos do Brasil e da França aproximaram-se mais uma vez com o propósito de liquidar definitivamente a questão de limites, através do juízo arbitral. A idéia do arbitramento surgiu pela primeira vez em 1890 durante às negociações em Paris pelo Ministro Barão de Itajubá, do Governo Republicano do Brasil.

Na fase final da questão, em que os dois Governos enveredaram definitivamente pelo caminho da arbitragem, o Barão de Rio Branco desenvolveu um papel fundamental, facilitando inclusive as negociações que deram origem ao Compromisso Arbitral em 1897.

Em sentença proferida no dia 1º de dezembro de 1900 reconhece-se o direito do Brasil ao limite do território marítimo, declarando que o rio “Japoc ou Vicente Pinson” do Tratado de Utrecht é o rio Oiapoque que se lança no Oceano Atlântico ao Oeste do cabo de Orange e que o talvegue deste rio ficaria constituindo definitivamente a primeira parte da fronteira entre Brasil e a Guiana Francesa. No tocante aos limites interiores ficou estabelecido a linha do divisor das águas dos montes Tumucumaque.

A sentença arbitral representava, assim, a consagração plena do direito do Brasil: não só restituiu de forma integral o território contestado entre os rios Oiapoque e Araguari, como impediu a França o ambicionado acesso ao Amazonas, impedindo-a de estender-se por este rio a dentro, paralelamente à sua margem esquerda, até ao rio Branco.

MAPA 1: Área Contestada pela França e Brasil (1713-1900)



Fonte: Organização do Autor

Acordo Quadro Brasil/França e seus desdobramentos

Para que possamos compreender esse novo período de relações transfronteiriças vividos pelo Brasil, França, Amapá e Guiana Francesa, é necessário retomarmos alguns fatos políticos importantes que contribuíram na efetivação de um conjunto de ações vinculadas à diplomacia e determinações governamentais.

Inicialmente destacamos a importância das eleições de 1994, especialmente a eleição do novo Governo do Estado do Amapá. Nesse pleito saiu vitorioso o projeto político denominado Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA, então conduzido pelo candidato e posteriormente Governador do Estado do Amapá, João Alberto Rodrigues Capiberibe, conhecido como CAPI. Nascia aí um novo pensamento político que conduziria os destinos desse pequeno estado brasileiro nos próximos 7 anos e três meses.

O PDSA, como ficou conhecido, tinha como objetivo central a implementação de uma nova proposta política para o Amapá e para a Amazônia, já em sua apresentação destaca-se:

“A decisão política sobre o tipo de desenvolvimento que a sociedade brasileira quer para a Amazônia precisa ser tomada. O modelo de hoje é resultado de um somatório desconectado de iniciativas resultantes da transferência de conflitos sociais de outras regiões do país; da busca de resultados econômicos de curtíssimo prazo; da desvalorização das potencialidades naturais; da omissão na aplicação de tecnologias adequadas. Mais do que apontar para o que não queremos, o momento é oportuno para delinear um modelo propositivo, integrado, coerente e afinado com o que a Amazônia apresenta de mais valioso: seu potencial de riquezas naturais, sua inserção estratégica no cenário internacional, a diversidade biológica de seus ecossistemas e a peculiar identidade cultural de sua sociedade. Somar a sabedoria local com os avanços científicos disponíveis para encontrar um caminho próprio para a região é o desafio que queremos escolher para trilhar nas próximas décadas” (Amapá, 1995, p. 4).

O compromisso assumido pelo então Governo do Amapá direcionava para a *promoção do desenvolvimento baseado na equidade dos direitos sociais, na ordenação do uso e ocupação do espaço e na racionalização do aproveitamento dos recursos naturais (Amapá, 1995, p. 12).*

O então modelo proposto foi formulado tendo como referência seis diretrizes principais: “a valorização das vantagens comparativas do Amapá; a sustentabilidade

da economia; a busca da equidade social; a utilização de parcerias na implementação de projetos; a descentralização das atividades e a municipalização das ações governamentais”.

Dentre as diretrizes principais apresentadas no PDSA, destacamos para melhor compreensão da nossa problemática a “valorização das vantagens comparativas do Amapá”, que diz:

“O novo modelo para o Amapá deve valorizar as vantagens comparativas que o Estado apresenta frente a outras regiões da Amazônia e do País.

... o Estado apresenta uma posição estratégica em relação as demais unidades federativas que pode viabilizar, do ponto de vista do trânsito flúvio-marinho, a implantação e consolidação de atividades comerciais de mercado interno e externo.

A proximidade com muitos dos principais centros internacionais de desenvolvimento, realçada pela franquia da navegabilidade atlântica, permite ao Amapá projetar uma dinamização comercial baseada no incentivo à importação e exportação de produtos considerados vitais para a economia regional. A vizinhança com a meso-américa, em especial com a área caribenha, fortalece a política atual de consolidação de novas parcerias comerciais e intensificação da articulação de mercados regionais.

O Amapá não tem ligação rodoviária com o restante do país, fator que favoreceu seu estado de conservação, e deve aproveitar esta condição peculiar para definir um novo modelo econômico antes que seus recursos sejam degradados. Neste sentido, o relativo isolamento constitui uma vantagem comparativa, mesmo que temporária” (Amapá, 1995, p. 13 e 14).

Como se observa a nova administração do Governo do Amapá sinaliza para uma inversão de prioridades nas relações comerciais e políticas, orientando seu desenvolvimento rumo a um projeto que priorizaria a busca de parcerias internacionais, notadamente os países do Platô das Guianas, América Central e da Europa.

Já em 1995, o Governador do Estado vai a Caiena pela primeira vez em missão oficial para estabelecer laços de cooperação com a Guiana Francesa. Após essa visita as relações são iniciadas entre as duas regiões fronteiriças.

Segundo a Agência de Desenvolvimento do Amapá – ADAP, em fevereiro de 1996, O Governador do Estado realizou uma missão oficial na Europa (França, Alemanha, Portugal) onde encontrou os responsáveis dos Ministérios, do setor privado e das Organizações não Governamentais, para promover as potencialidades do Estado. Foi no decorrer dessa missão na França que o governador mostrou às autoridades francesas, a importância da integração do Amapá com a Guiana

Francesa. Essa viagem sensibilizou o Governo Francês, que convidou o governador a participar da viagem oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso à França, realizada em maio de 1996. Nessa oportunidade, o Governador encontrou-se com os Presidente da França, Jacques Chirac e do Brasil, e mostrou-lhes a necessidade da cooperação regional entre o Brasil e a França. Nesse evento, foi assinado o acordo-quadro entre o Brasil e a França, no qual o Amapá reivindicou a inserção de um artigo que possibilitasse a participação das coletividades locais fronteiriças dos dois países, conseguindo introduzir o Artigo 6º no referido acordo, que garantiu a possibilidade de cooperação entre as áreas de fronteira (Amapá/Guiana Francesa). Esse foi um fato político importante que permitiu a implementação da cooperação regional.

Após o estabelecimento do Acordo Quadro entre Brasil/França, sucederam-se diversas rodadas de negociações, passando a contar a partir de então com a presença das representações do Governo do Amapá e do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. Nesse cenário, destaca-se o “Primeiro Encontro Transfronteiriço em Saint-Georges na Guiana Francesa (julho de 1996); as primeiras Consultas Transfronteiriças em Brasília-DF (setembro de 1997) e a reunião da Comissão Franco-brasileira técnica-científica e cultural em Paris (novembro de 1997), no qual o Estado do Amapá e a Guiana Francesa aparecem pela primeira vez como integrante da cooperação. Abaixo produzimos quadro demonstrativo das principais ações de cooperação desenvolvidas no período de 1995 a 2007.

QUADRO 1: Demonstrativo das principais ações de cooperação desenvolvidas

ANO	Principais ações desenvolvidas
1995	Missão oficial de visita do Governo do Amapá à Caiena/Guiana Francesa
1996	Missão oficial do Governador do Amapá na Europa (França, Alemanha, Portugal) com objetivo de promover potencialidades do Estado do Amapá
	Assinatura do Acordo-Quadro de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa
	1º Encontro transfronteiriço em Saint Georges na Guiana Francesa
1997	Aprovação no Congresso Nacional e promulgação do Decreto 2.200/97 que ratifica o Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa
	Realização das primeiras consultas transfronteiriças em Brasília e da Reunião da Comissão Franco-brasileira científica, técnica e cultural em Paris, na qual o Estado do Amapá aparece pela primeira vez como integrante da cooperação.
1998	Reunião da Comissão Franco-brasileira científica, técnica e cultural, visando permitir ao governo do estado do Amapá manter e intensificar as ações de cooperação com a França e Guiana francesa.
1999	Missão oficial do Governador do Amapá à Europa (França, Bélgica e Inglaterra), com objetivo de intensificar a cooperação transfronteiriça
2001	Celebração do acordo de construção da ponte sobre o Rio Oiapoque
2005	Promulgação do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o projeto de construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque
2006	Autorização da Assembléia Nacional Francesa para a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque
	Visita oficial do Presidente da França, Jacques Chirac ao Brasil. Em discurso oficial mencionou a importância da construção da ponte sobre o Rio Oiapoque.
2007	Promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá

Fonte: Relatórios GEA/ADAP, BRASIL/MRE, 2007.
Organização do Autor

DA CONTENÇÃO A ABERTURA E INTEGRAÇÃO

Da contenção

Como foi abordado no capítulo anterior, são históricos os conflitos entre Brasil e França pela posse das terras hoje pertencentes ao Amapá/Brasil, nessa perspectiva iniciamos a discussão acerca das alternâncias de períodos de emigração de brasileiros para a Guiana Francesa e os principais motivos de abertura e contenção das fronteiras.

Para Arouck (2000, p. 73) “uma análise do tipo histórico-estrutural cuja ênfase recai mais nos países de acolhimento do que nos de origem da migração internacional

poderia justificar algumas das razões da saída de brasileiros para o exterior e em especial para a Guiana Francesa”. Mas temos que admitir que não existe na Guiana Francesa qualquer programa oficial do governo da França para atração de brasileiros ou da mão-de-obra brasileira para aquele território.

Segundo a revista Veja (julho 1996) “se a mão-de-obra escasseia, fecham os dois olhos. Quando não falta mão-de-obra, fecham a porteira”. Assim, a saga dos emigrados brasileiros para aquele território ora ganha uma conotação positiva ora é severamente reprimida dependendo dos interesses do momento.

Constata-se desta forma, a existência na Guiana Francesa de uma política não oficial do tipo sazonal que funciona aos interesses e conveniências das autoridades locais, mas nunca um projeto de atração oficial da mão-de-obra brasileira que se encontra disponível e com custos baixos bem ao lado da linha demarcadora da fronteira, especialmente das cidades de Oiapoque, Macapá e Belém.

Segundo Arouck (2000);

“o trânsito de brasileiros para a Guiana francesa tem por causa a emergência de dois fenômenos sociais : do lado do país de origem, justificada pelas más condições macroeconômicas que se apresentaram no Brasil a partir dos anos oitenta, a chamada década perdida, e do lado francês, a ampliação do projeto aéreo espacial europeu na Guiana Francesa, marco econômico importante para o desenvolvimento da atividade de serviços naquele departamento de ultra-mar”.

Outra característica básica da migração internacional, e que a diferencia da expansão de fronteira, é a construção paulatina de redes sociais de migração. Este fenômeno se inicia pela implantação de núcleos pioneiros de brasileiros no exterior que, após a sua estabilização e adaptação social no país de destino, arregimentam parentes e amigos próximos (Sales 1999).

De fato a imigração tem sido o maior problema enfrentado quando se fala em cooperação transfronteiriça entre Amapá/Guiana Francesa. No início das negociações em busca de uma maior aproximação das duas regiões, houve muita resistência, principalmente pelo lado guianense, conforme podemos observar em Editorial do jornal Chronicle:

EDITORIAL (traduzido por Biron, 1997)
A estrada do Amapá (abril de 1997)

“Ontem, os dois jornais nacionais publicaram reportagens sobre a uma proposta do Dr. João Alberto Rodrigues Capiberibe, Governador do Estado do Amapá no Brasil, para ligar a capital de seu Estado com as três Guianas. A proposta acarretaria a construção de partes de uma estrada de 2.000 KM que iria da capital do Amapá, Macapá, para Caiena, capital da Guiana Francesa, em seguida para o Suriname e de lá para Georgetown, percorrendo a mesma distância entre Lethem e Georgetown.

Segundo o Governador, essa ligação rodoviária teria diversas vantagens, isto é, ela serviria ao Amapá, que possui carência de acesso ao resto do Brasil, e fortaleceria o comércio e o turismo naquela região.

Seu Estado, disse ele, encontra-se isolado, pois possui apenas uma rodovia principal, que percorre 600 KM de Macapá até a fronteira com a Guiana Francesa.

O Governador foi citado no **“Chronicle”** dizendo que todas as pessoas do governo guianense com quem ele falou se mostraram favoráveis à idéia, e que as nações envolvidas apresentariam essa proposta na **Cúpula das Américas**, a realizar-se no Chile dia 19 de abril. Também foi proposto que as nações envolvidas deveriam contactar organismos multilaterais, tais como Banco Mundial ou BID, visando financiamento para o projeto.

Para um governo que tem sido tão lento em relação a outros assuntos, o que se questiona é o porque da precipitação inconveniente nesta ocasião. **A cúpula das Américas** acontecerá dentro de apenas duas semanas, e não é o momento para se pensar nas desvantagens deste projeto, e nem de avaliar o que este país (ou as outras duas Guianas, neste contexto) tem a ganhar com este esquema, e se compensaria realmente o risco. Considerando que os riscos não são pequenos. No momento não há nenhuma ligação rodoviária com o Brasil realmente eficiente em funcionamento, e além disso já tivemos a terrível experiência de lidar com as incursões de garimpeiros brasileiros no interior de nosso país. Com uma ligação rodoviária relativamente eficiente, certamente não poderíamos enfrentar o grande número de pessoas que inundariam o interior do nosso país.

Certamente não teríamos como estimar o número de brasileiros com quem estaríamos lidando. Se esta ligação tem como intenção conectar os dois estados brasileiros do Amapá e de Roraima, o que parece ser o caso, deveríamos nos preparar para um tráfego intenso. Com o passar do tempo, as três Guianas não mais seriam que províncias de um vizinho bem mais potente.

Eventualmente, é evidente que, temos que estabelecer ligações rodoviárias com os países vizinhos. No entanto somos fracos, subdesenvolvidos e com baixa densidade demográfica; o governo não tem desenvolvido nenhuma política de fronteira, e a que existe no interior ainda é frágil; não foi formada nenhuma comissão para avaliar o impacto do investimento nesta rodovia; os índios que habitam o interior do país não foram consultados; nenhum programa de desenvolvimento para áreas como o **Rupununi** foi idealizado; não foi feita nenhuma verdadeira reflexão sobre os benefícios de longo e curto prazo em relação as desvantagens; não existe nenhum plano de monitoramento para tal

rodovia e por isso não deveríamos nos precipitar em relação a um projeto deste tipo.

No início do Governo houve críticas devido as indecisões. No entanto, este é um exemplo, em que uma pequena indecisão não seria um erro. Os agrados dos brasileiros devem ser ignorados por enquanto, até que o Governo tenha feito seu dever de casa inteiramente. Fazer algo menos, não seria meramente amadorismo, seria também irresponsabilidade”.

Apesar dos esforços envidados na direção de uma integração regional, percebe-se um movimento de contenção migratória pelas autoridades guianenses nos últimos anos.

A repressão aos brasileiros “ilegais na Guiana Francesa”

O que se percebe é que nos últimos anos a França tem dificultado a entrada de brasileiros em seu território via Guiana Francesa. Atualmente é necessário visto de permanência emitido pelo Consulado Francês para que brasileiros possam transitar naquele departamento, o que não acontece em relação a França continental.

Segundo diversas matérias publicadas em jornais de Macapá e em reportagens nacionais (Rede Globo e Record), cerca de vinte brasileiros são deportados por dia da Guiana Francesa para Macapá ou Belém.

Outra situação que vem se agravando nos últimos anos é a repressão que garimpeiros e pescadores sofrem ao serem abordados pelos diversos aparelhos militares na Guiana Francesa. Para acabar com a garimpagem clandestina, a Guiana vem realizando desde 2002 as operações Anaconda. Só no ano 2005, a *gendarmarie* (polícia francesa) destruiu algo em torno de 20 milhões de euros em motores, pequenos barcos, combustíveis, alimentação, entre outros materiais (Folha do Amapá, 24/11/2006). Recentemente (outubro de 2006) a polícia francesa apreendeu e destruiu 60 embarcações brasileiras, que encontravam-se em rios guianenses.

Também existem relatos de pescadores do município de Vigia-PA, que tiveram suas embarcações queimadas e foram deportados pela polícia marítima da Guiana Francesa, sob a alegação de estarem pescando em águas francesas. Os prejuízos segundo o relato de uma companhia de pesca de Vigia, chegou a mais de 600 mil reais somente de uma embarcação destruída.

Em visita a Guiana Francesa o Presidente da França Nicolas Sarkozy (La Tribune – France, 12/02/2008), reiterou a necessidade de acabar com os garimpos clandestinos naquele Departamento, uma vez que além dos prejuízos financeiros, o

meio ambiente é atingido por ação do mercúrio e técnicas de lixiviação dos solos nos garimpos. Sarkozy, na mesma data citada anteriormente, em encontro com o Presidente Lula na Cidade de Saint George, reivindicou a realização de operações conjuntas entre Guiana Francesa e Brasil visando o combate aos garimpos ilegais, tráfico de drogas, prostituição, e outras ilegalidades.

Segundo o jornal francês *Le Monde*, um dos mais importantes da Europa, os brasileiros são “caçados” pela imigração francesa: “Chegam em levadas, em busca do ouro ou bicos, para alimentar as famílias no Brasil. São expulsos, mas voltam, ameaçados por doenças e morte por bala perdida ou golpe de facão”. O também jornal francês *Libération* publicou que as empresas que empregam trabalhadores ilegais serão obrigadas a bancar a expulsão dos brasileiros.

Como percebemos, são nítidos os entraves na efetivação da integração entre os dois países, seja pela morosidade das relações diplomáticas, seja pela desconfiança com os franceses/guianenses vêm a aproximação com os brasileiros.

Da abertura e integração

A princípio destacamos o período de 1995 a 2002, como sendo o mais frutífero na consecução das políticas regionais de cooperação entre Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa. Como já foi demonstrado anteriormente, partiu do Governo do Amapá, gestão Capiberibe, o início das interlocuções visando o desenvolvimento da cooperação transfronteiriça.

Conforme avaliação do Governo do Estado do Amapá - GEA, quando da 1ª Reunião Franco-Brasileira Sobre Cooperação Transfronteiriça: propostas para a cooperação Amapá-Guiana Francesa (GEA, 1997), destacamos o discurso introdutório da referida reunião:

“...hoje vivemos um período marcado pela globalização e pela integração sul-americana. Esse movimento deve favorecer a formação de um pólo econômico regional guianense, incluindo a Guiana Francesa, o Suriname, a República da Guiana e a Venezuela. Apesar do pequeno porte dos mercados vizinhos, a dimensão econômica e populacional do Amapá é compatível com a desses países. Tanto mais que o Amapá encontra-se em uma situação peculiar: os seus seiscentos quilômetros de fronteira terrestre comum com a Guiana Francesa, nos confins da Amazônia, separam o Mercosul da União Européia. Como explorar as vantagens que essa situação inusitada nos oferece? - **Este é o desafio, este é o objetivo da 1ª Reunião Franco-Brasileira sobre Cooperação Transfronteiriça**”.

Estavam lançadas as bases políticas para uma integração regional ampla, que contemplava seis áreas temáticas prioritárias, a saber: pesquisas e desenvolvimento tecnológico; energia e transporte; desenvolvimento econômico (turismo, pesca, comércio, agricultura); meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saúde; educação, cultura e esportes.

Com a assinatura do Acordo-Quadro de cooperação entre BRASIL-FRANÇA (1996), bem como o memorando de entendimento na área de turismo entre os países, criou-se um ambiente diplomático favorável à intensificação da cooperação transfronteiriça. Entretanto, a perspectiva de integração regional requeria um considerável esforço por parte do Estado e da União na construção de infra-estruturas, notadamente transportes e energia.

Interligação rodoviária entre o Estado do Amapá e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa

A principal estratégia desenvolvida pelo governo do Amapá no período de 1995 a 2002 relacionada à integração do Brasil via Estado do Amapá com os países que compõem o Platô das Guianas (Guiana Francesa, Suriname e Guiana) foi a interligação rodoviária desses países.

Inicialmente as discussões se deram entre Governo do Amapá e da Guiana Francesa ainda em 1995, conforme abordagem anterior. Efetivamente foi no ano de 1997 com o encontro dos presidentes da França, Jacques Chirac e do Brasil Fernando Henrique Cardoso na cidade de Saint Georges – GF, onde se comprometeram a asfaltar a estrada entre Macapá e Oiapoque (BR-156) e a estrada entre Reginá-Saint Georges, trecho esse sem estrada trafegável à época. O objetivo maior era romper com os obstáculos de infra-estrutura de rodoviária, para permitir a circulação na rodovia Transguianense (Brasil/Amapá/Roraima – Guiana Francesa – Suriname - Guiana).

No esforço para concretização dessa integração fez-se necessário, articulações diplomáticas com os presidentes do Suriname e Guiana visando a Reunião da Cúpula das Américas em 1997, onde a estratégia era estabelecer uma pauta específica de integração do Platô das Guianas através da Rodovia Transguianense.

De concreto o que se percebeu posteriormente foi uma maior articulação entre Brasil e França. O trecho do lado guianense entre Reginá e Saint Georges foi

pavimentado (2001), do lado brasileiro as obras continuam, porém em um ritmo mais lento, restando ainda um trecho de cerca de 200 quilômetros. Contudo já é visível o aumento do tráfego de veículos guianenses no território brasileiro, fato que não ocorre com a mesma intensidade pelo lado da Guiana Francesa. A travessia do Rio Oiapoque continua sendo realizada através de balsa.

Além da integração com os países vizinhos, a BR-156 seria igualmente um elemento fundamental de integração econômica do próprio Estado do Amapá. As cidades amapaenses situadas ao norte de Macapá podem igualmente ser consideradas como enclaves com respeito a Capital, da mesma maneira que o Amapá é um enclave em relação às outras unidades da federação e aos países que compõem o Platô das Guianas.

Outra ação importante na cooperação transfronteiriça diz respeito a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, interligando os dois países Brasil e França, que sempre fizeram parte das negociações bilaterais visando a implantação dessa importante obra para a concretização da integração regional. Concretamente no ano de 2001 em Brasília, é celebrado o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque, onde destacamos os artigos 1º e 2º:

“Art. 1º - Com a finalidade de construir uma ponte internacional sobre o Rio Oiapoque, unindo o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, as Partes decidem dar início ao exame de questões referentes à construção e operação da referida ponte, por meio de suas respectivas autoridades locais”.

“Art. 2º - 1. Para os fins mencionados no Artigo 1 do presente Acordo, as Partes criam uma Comissão Bilateral, composta por um representante de cada um dos Ministérios competentes dos dois Governos e de representantes do Estado do Amapá e da Guiana Francesa. 2. Cada Parte designará um Chefe de Delegação e o notificará à outra Parte. 3. Os dois Chefes de Delegação estabelecerão, de comum acordo, o regulamento da Comissão Bilateral”.

Após seis anos é promulgado através do Decreto 6.250, de 6 de novembro de 2007, o acordo entre os governos citados, relativo à construção da Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá. Onde destacamos o artigo 3º que diz que o gerenciamento da execução da obra da ponte e de suas instalações ficará a cargo da República do Brasil. Outro importante artigo é o que trata do pagamento das despesas (art. 24), que diz no seu item 2:

“O país gestor da obra da ponte garantirá o pré-financiamento das obras relativas à construção da ponte sobre o Rio Oiapoque. À

medida que as obras avançarem, o gestor da obra apresentará as faturas relativas às despesas por ele pagas e que, conforme o artigo 22, ítem 1, ficarão a cargo da outra Parte. O gestor da obra submeterá as faturas à aprovação da Comissão Técnica prevista no artigo 26”.

Após uma leitura mais pormenorizada desse acordo, verifica-se que a conclusão dessa importante obra irá passar por um longo e burocrático processo, uma vez que além dos recursos financeiros serão necessários estudos técnicos, licitação binacional, resolução de problemas ambientais e fundiários, bem como aprovação orçamentária no Congresso Nacional Brasileiro e liberação financeira pelo Governo Federal. Outro fator importante é a situação que se encontram as obras da Br – 156, em que o Estado do Amapá é parte conveniada, tendo recebido mais de 300 milhões de reais nos últimos seis anos pelo Governo Federal e concluído pouco mais de 130 quilômetros de asfalto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato as ações desenvolvidas visando uma maior cooperação transfronteiriça, principalmente no período de 1995 a 2002, durante o mandato do Governador Capiberibe no Estado do Amapá, obtiveram inúmeros avanços nas discussões que envolviam as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política institucional. Nesse período houve uma tentativa de aproximação regional entre Amapá e Guiana Francesa objetivando a criação de parcerias concretas visando o desenvolvimento territorial de ambos.

O protagonismo local nas discussões de temas transfronteiriços, até então de domínio dos governos centrais (Brasil e França), demonstrou ser estratégico e inovador, permitindo que houvesse uma inversão da lógica diplomática até então estabelecida nas relações entre países. Esse protagonismo serviu como um importante canal de diálogo político acerca do modelo de desenvolvimento para a região.

Reconhecemos que o período de 2002 a 2007, as relações e parcerias entre Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa sofreram um desaceleramento, imputado principalmente pela falta de interesse político, principalmente do Governo do Estado do Amapá. O que é conhecido usualmente como descontinuidade na execução de projetos e programas.

Outro fator importante de ser abordado refere-se ao fechamento das fronteiras guianenses para os brasileiros (ilegais ou não ilegais) que tentam penetrar naquele território, motivados principalmente pelo medo do inchaço demográfico, perdas econômicas, degradação ambiental e aumento da violência.

Também é importante ressaltar a inversão de moedas nos dois países, fato esse que ocorre a partir do ano de 2000, quando passa a vigorar na Guiana Francesa a moeda € EURO, invertendo com isso a situação cambial entre Brasil e Guiana Francesa. Antes de 2000, (1 Real equivalia a cerca de 5 Francos), depois de 2000, (1 Euro equivale a cerca de 3 Reais). Essa mudança cambial provoca um aumento significativo de brasileiros emigrante na direção da Guiana Francesa, motivados pelo diferencial de renda a ser obtido com a migração.

Em relação às questões ambientais, nota-se em ambos os lados da fronteira uma expansão das áreas de preservação, motivadas principalmente pela necessidade de contenção da degradação ambiental e conseqüente proteção de estoques de biodiversidade, lógicas estabelecidas a partir da assinatura de tratados e convenções durante e pós Rio 92.

Torna-se necessário um maior levantamento de dados integrados de ambos os lados da fronteira. Como as leis e projetos para a fronteira desconhecem as competências assinaladas às entidades territoriais vizinhas, as políticas territoriais específicas na faixa acabam se transformando num exercício de retórica.

É comum a mídia abordar as questões de fronteira associadas às atividades ilegais, que tiram proveito de suas vantagens locais como o contrabando, o tráfico de drogas, as invasões de terras indígenas, a mineração e a extração de madeira em unidades de conservação, etc. Não são falsos os dados divulgados, mas qualquer tentativa de ampliar o controle sobre essas atividades e de oferecer alternativas econômicas para a região de fronteira deve passar pelo conhecimento de suas características reais e potenciais e das particularidades das transações efetuadas entre elas e os entes territoriais dos países vizinhos.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade**. Biodiversidade pesquisa e desenvolvimento na Amazônia. Parcerias Estratégicas, Número 12, setembro 2001.

AMAPÁ. **Programa de Desenvolvimento Sustentável**. Macapá, 1995.

ARAÚJO, A.G. Jorge. **Introdução as Obras do Barão do Rio Branco**. V. X, Ministério das Relações Exteriores, 1945.

AROUCK, Ronaldo. **Brasileiros na Guiana francesa Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia?** Lusotopie, 2000, p. 67-78

BECKER, Berta. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 1992.

FOUCHER, Michel. **L'Invention des Frontières**. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 2004.

LEFEBVRE, Henry. **La Production de l'espace**. Paris: Anthropos, (1984) 2000.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade**. In. Revista Território. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. Ano V, nº 8. Jan-jun., 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Ligia Maria Osório. **A Fronteira e outros mitos**. Tese de Doutorado defendida na UNICAMP. Depto. de Política e História Econômica, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEIMAN, Rebeca. **A Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.